

Do não-ato ao ato: reflexões sobre a potência e a produção de ubiqüidades

*Murilo Duarte Costa Corrêa**

1 ATO – MÁQUINA ABSTRATA

Ato. Por definição, capaz de ubiqüidade; de produzir dois territórios ao mesmo tempo, de produzir dois espaços enquanto, e nos quais, se põe. O ato que, verificado, exaure sua potência de continuar atuando, baseia-se em uma potência incapaz de ubiqüidade, a que chamaremos *saturação*.¹

Saturação indica essa possibilidade móvel de fluxos que, liberalizados, permanecem em equilíbrio; assim, trata-se de uma energia que nada rompe, que a nada desafia; uma espécie decaída de potência que se exaure e dissolve, que não se relança e que não rompe com o território no qual se produz. A *saturação*, parece-nos, confunde-se, contemporaneamente, com todo novo codificado, com toda criação falseada, inautêntica, barrada pelas bordas de seu território-total. Em suma, esse fluxo pode ser entendido como isso que se disse da Moda, como sistema semiológico, com Roland Barthes: um novo codificado, imprevisível e legislado.²

Ao atuar, produz-se, invariavelmente, o território no qual o ato se põe. O ato que possui apenas potência incapaz de ubiqüidade (*saturação*), limita-se a pôr esse plano. O ato que é movido pela potência capaz de ubiqüidade (*potentia*), coloca-se interpondo no real dois territórios: o território no qual se põe – e nisso em nada difere do ato baseado em potência incapaz de ubiqüidade –, mas, ao mesmo tempo, cria, ativamente, uma fratura que cinde o plano de consistência no qual se coloca, fazendo surgir, assim, a ubiqüidade que,

* Advogado. Mestrando em Filosofia e Teoria do Direito no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

¹ *Saturação* designa, na física, a zona em que os fenômenos de transporte de massa, movimento ou energia entre dois corpos, substâncias ou estados físicos se encontram em mesma grandeza. Ou seja, quando duas diferentes substâncias químicas atingem um determinado equilíbrio, os "fluxos" entre elas possuem a mesma grandeza e as alterações não ocorrem mais.

² BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. Tradução de Lineide do Lago Salvador Mosca. São Paulo: Editora Nacional, 1979, p. 272.

abstratamente, representamos por dois planos ou territórios, mas, que, concretamente, podem constituir territórios de multiplicidades sobre um plano de imanência.

A partir dessa fratura, o ato, constituído, rompe com o plano no qual se coloca, relança a potência e inaugura um espaço completamente novo, mas, agora, não mais codificado, porque desterritorializante impassível de reterritorialização sob o mesmo plano: um espaço vazio que não lhe pertence, que não constitui seu domínio, mas que o abre para o exterior, para uma sua possibilidade exterior.

Eis o que distingue a criação produzida do produto acabado – que acaba se resumindo a um estado (*status*). O estado é essencialmente resto; o resto que resta, transborda – é *efusão*. O estado, atual absoluto, não possibilita o relançamento da potência, pois o ato ocupa todo o espaço que produziu; também não permite a fratura do espaço no qual se põe, pois, fraturado seu espaço que povoa totalitariamente – agora convertido em *status* –, o ato se desestabiliza.

A potência incapaz de ubiqüidade produz um “ato” que, para ser rompido, necessita de uma força que, exterior a ele, fracture o espaço no qual se põe. Isto é, o “ato” baseado em potência incapaz de ubiqüidade é, essencialmente, não-rompível e, nesse sentido, acompanha o plano no qual se põe, surge como uma continuidade dele; é, por extensão, totalitário – pois não admite qualquer espaço que não o que integralmente pôs para ocupar. Eis os “atos” codificados, reterritorializados pelo capitalismo-total – são eles, também, limites aos atos baseados em potência capaz de ubiqüidade: eles a obturam, domesticam, povoam totalitariamente, *saturam* seus espaços de relançamento e criação.

O ato que se põe a partir de potência capaz de ubiqüidade é, realmente, criativo: a ruptura que ele produz, no espaço no qual inicialmente se põe, é o vazio de que precisa a potência para ser relançada em direção ao *novo* que não lhe exaure, mas acresce e restitui. O ato que se baseia em potência capaz de ubiqüidade é, de seu turno, essencialmente rompível, assim como o espaço no qual se põe. Faz rizoma;³ produz devir: porque cria espaços, vãos, vazios – rupturas nas quais a potência se abriga para transformar-se em ato.

³ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 1*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, pp. 11-37. Contrariando a lógica binária, que, segundo Deleuze e Guattari, seria a lógica da árvore-raiz, segundo a qual, em última análise, tudo seria remissível a uma forte unidade principal (um tronco que desce às origens da planta), os autores propõem, contra a racionalidade da lingüística, do estruturalismo e da informática, o *rizoma*. O rizoma é caracterizado segundo seis princípios: 1º e 2º. Princípios de conexão e heterogeneidade: “Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo”; 3º. Princípio da multiplicidade, segundo o qual “é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais relação nenhuma com

O ato não-rompível produz apenas o *mesmo*, e apenas sobre o *mesmo* se dobra; é decalcômano, no dizer de Deleuze, pois aproveita o *mesmo* espaço – e todo ele –, impedindo o relançamento da potência. O ato rompível produz o espaço que será habitado pela potência: ele não interioriza o fora, mas vive a seu lado, e tem nele a condição de sua própria possibilidade – um fora que vem, como potência, bater-se contra o ato.

2 ATO – MÁQUINA CONCRETA

O concreto nos coloca o real como um emaranhado de atos; todos eles, contudo, essencialmente não-rompíveis. Com base em quê? Com base na contemporânea impossibilidade de distinguir dentro e fora, de distinguir mais de um espaço. A isso, podemos chamar totalitarismo. Num mundo em que os espaços atualizáveis foram reduzidos a um,⁴ achatada a vida e suas virtualidades,⁵ as possibilidades reais não passam de parcas repetições de repertórios – eis a repetição que obtura a diferença: a repetição do código: a saturação *mesma* dos mesmos significados.

uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes”; 4º. Princípio de ruptura a-significante, “contra os cortes demasiado significantes que separam as estruturas, ou que atravessam uma estrutura. Um rizoma pode ser rompido, quebrado em qualquer lugar, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas”; 5º e 6º. Princípio da cartografia e da decalcomania: “um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer idéia de eixo genético ou de estrutura profunda”. Para Deleuze e Guattari, “Toda lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução. (...) A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como folhas da árvore. Diferente é o rizoma, *mapa e não decalque*. (...) O mapa é aberto, conectável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (...) Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ‘ao mesmo’.”. Idem, *ibidem*, p. 22. O rizoma deleuziano parece possuir um parentesco filosófico com o *perspectivismo* de Nietzsche: “De agora em diante, senhores filósofos, guardemo-nos bem contra a antiga, perigosa fábula conceitual que estabelece um ‘puro sujeito do conhecimento, isento de vontade, alheio à dor e ao tempo’, guardemo-nos dos tentáculos de conceitos contraditórios como ‘razão pura’, ‘espiritualidade absoluta’, ‘conhecimento em si’; - tudo isso pede que se imagine um olho que não pode absolutamente ser imaginado, um olho voltado para nenhuma direção, no qual as forças ativas e interpretativas, as que fazem com que ver seja ver-algo, devem estar imobilizadas, ausentes; exige-se do olho, portanto, algo absurdo e sem sentido. Existe apenas uma visão perspectiva, apenas um conhecer perspectivo; e quanto mais afetos permitimos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo estará nosso “conceito” dela, nossa “objetividade”. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que conseguíssemos: como? – não seria castrar o intelecto?”. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral. Uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 109.

⁴ Para Agamben, o espaço do *campo*. Cf., a respeito, AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimpress. Belo Horizonte: Humanitas, 2007, pp. 126 e ss.

⁵ E, segundo Deleuze, a vida contém nada mais que virtuais. Cf. DELEUZE, Gilles. *A imanência: uma vida...*

Assim, podemos sugerir – com base na possibilidade da ruptura dos planos nos quais os atos se põem, e na ubiqüidade que pode emergir da respectiva ruptura de seus planos –, que a repetição-total (totalitária, porque os atos assim repetidos são incapazes da diferença, e inubíquas) é o que impede a potência de se re-lançar nos “atos” não-rompíveis. É porque os “atos” que se põem segundo esse código apenas repetem um repertório limitado, que os atos não-rompíveis exaurem a potência a partir da qual se produzem; é por isso, também, que não produzem qualquer novidade que não seja a revivescência de uma velha infância distraída.

Quando não há espaço para a potência, o plano tem de ser traçado e rompido por uma potência exterior: por um pensamento-ato rompível, máquina abstrata, máquina de guerra,⁶ que o cinda e frature criando ativamente o espaço no qual se põe, e a fratura que será habitada pela potência com capacidade de ubiqüidade. Assim, temos o ato propriamente dito e o ato repetição-total: prática saturada, cuja efusão obtura toda intensidade.

Ao contrário do que se diz, que nos encontramos em um mundo sem limites,⁷ e que tal é o fato ou condição contemporânea que impossibilita toda potência, encontramos-nos, sim, muito limitados, despotenciados, saturizados – e verificar uma certa impotência generalizada, traduzida na confusão entre o ato e as práticas, entre a transgressão e o transbordamento efusivo, constitui apenas um efeito mais imediato e sensível disso. Fomos lançados a um mundo em que toda possibilidade de ação deve esboroar-se numa imensa tela branca, ofuscante, que, atualmente, impede o discernimento ou o desenho de qualquer referencial contra o qual se insurgir, ou a partir do qual pensar.

Como Deleuze já afirmava: há lei, há limite: o capitalismo. O fato de os fluxos encontrarem-se, hoje, liberalizados, e sem possibilidade de uma virtual ruptura, não significa que vivemos em um mundo sem limites, mas, sim, que os limites de nosso mundo são postados diferentemente: são, a cada instante, destacados, desterritorializados e

⁶ “Colocar o pensamento em relação imediata com o fora, com as forças do fora, em suma, fazer do pensamento uma máquina de guerra, é um empreendimento estranho cujos procedimentos pode-se estudar em Nietzsche (...)”. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p. 46. Cf., ainda, FOUCAULT, Michel. *O pensamento do exterior*. São Paulo: Princípio, 1990.

⁷ LEBRUN, Jean-Pierre. *Um mundo sem-limite. Ensaio para uma psicanálise do social*. Tradução de Sandra Regina Filgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. Parece-nos, ademais, que toda a descrição psicanalítica contemporânea fornece subsídios que permitem identificar o apagamento dos antigos limites, mas não possibilitam estabelecer estratégias consistentes para identificar as reterritorializações do capitalismo, que é, apenas, virtualmente total. Isso não implica que não possamos aproveitar as descrições contemporâneas e descolá-las de sua causalidade psicanalítica; nada nos impede de, agambenianamente, “profanar” um pouco esses domínios, em busca de novas explicações e de novas estratégias.

reterritorializados em novos limites, em novas formas disciplinares, em novas normas e formas de exercício de poder que, espectralmente, difundem-se entre as máquinas administrativas e entre as relações sociais; ocupam esferas que vão do espaço público – o qual pretende destituir – às intimidades do sujeito, de seu corpo, de seus modos de ser a seu pensamento, a seus territórios existenciais.⁸ Trata-se de descrever essa produção massiva, essa técnica positiva⁹ de produzir “sujeitos” de que a difusão generalizada de imagens midiáticas participa, e cujos sentidos imperativos são reduzidos ao *slogan* da propaganda, que reclama para suas leis a última fronteira do capitalismo, e a sua mais nova forma de disciplina: a colonização de nossas parcelas subjetiváveis, as estratégias que não nos permitem acessá-las, usá-las, profaná-las,¹⁰ ou criarmos sobre esses territórios; enfim, devemos identificar limites nas estratégias que nos impedem de atuarmos sobre nossos territórios existenciais que, seguindo os fluxos do mercado, do consumo e do gozo da imobilidade, da anestesia e dos signos do confortável isolamento, tornaram-se virtualmente impassíveis de ruptura, de furo, de desestabilização.

O “potencial” saturizante do capitalismo está não na desterritorialização de que se utiliza, mas na reterritorialização dos referenciais que, efetivamente, provoca. A tarefa contemporânea passa, certamente, por dois pontos em que o pensamento restabelece o sujeito, e lhe entrega, novamente, sua parcela subjetivável: o estudo que descreve, que cartografa os dispositivos que prescrevem que nossas ações referenciem-se pelos limites capitalísticos, por sua flutuante *lex mercatoria*, desativando-os, e a criação – que, em última análise, suporta todo ato e todo pensamento –¹¹ que subverte, que atua, que rompe dolorosamente o espaço total do campo agambenino. Haverá amanhã para o ato?, perguntamos. A resposta é “Sim”; desde que ajamos logo, e tanto, e desde sempre, e hoje.

REFERÊNCIAS

⁸ Lembremo-nos, aliás, de Michel Foucault, que, incansável, afirmava que “todos tempos fascismo na cabeça e poder nos corpos”.

⁹ FOUCAULT, Michel. *Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 59.

¹⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 66.

¹¹ Por isso, podemos afirmar uma estética do ato humano, já que todo ato é criação do múltiplo: no espaço em que se coloca, do novo espaço no qual se relança a sua potência, e da criação mesma, daquilo que o ato, exteriormente, traz de verdadeiramente *novo*.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimpress. Belo Horizonte: Humanitas, 2007.

_____. *Profanações*. Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. Tradução de Lineide do Lago Salvador Mosca. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 1*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____; _____. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. *O pensamento do exterior*. São Paulo: Princípio, 1990.

_____. *Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEBRUN, Jean-Pierre. *Um mundo sem-limite. Ensaio para uma psicanálise do social*. Tradução de Sandra Regina Filgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral. Uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.